

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

1 Ao vigésimo terceiro dia do mês de janeiro de 2020, às 10h05m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos
2 Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu-RJ, deu início à 1ª Reunião Conjunta das
3 Câmaras Técnicas: CTEG e CTIL-G do biênio 2019-2020, no auditório da Câmara Municipal de
4 Seropédica, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Apresentação, Leitura e Aprovação da pauta;**
5 **2- A crise no abastecimento de água no Rio de Janeiro.** Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) e Wladimir
6 Loureiro (FAM-RIO) deram início a reunião enquanto coordenadores das Câmaras Técnicas.
7 Compuseram a mesa os coordenadores e subcoordenadores da CTEG e da CTIL-G, e os diretores
8 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) e Nelson Reis (APEDEMA). Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ)
9 informou que no próximo dia 06 de fevereiro haverá a 2ª reunião conjunta extraordinária das Câmaras
10 Técnicas. Os componentes da mesa se apresentaram e solicitaram a apresentação de todas as pessoas
11 presentes na reunião. A respeito da pauta, José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) solicitou alterações, incluindo
12 no item 2, o subitem.1: Encaminhamento de soluções pautáveis baseadas nas resoluções já aprovadas.
13 José Paulo (COPPE) sugeriu incluir outro item: Ações do Comitê Guandu previstas, dada a atual situação.
14 Uíara Martins (CREA-RJ) falou que seria necessário apresentar às prefeituras os projetos de Saneamento
15 previstos. A mesma solicitou apresentar os vídeos das entrevistas, visto a diretoria autorizar a concessão
16 de entrevistas a terceiros. Andreia Loureiro falou da reunião de diretoria colegiada e informou que ficou
17 definido realizar um seminário sobre a crise hídrica a ser realizada durante a 1ª reunião ordinária do
18 Plenário. Antônio Mendes (AGEVAP) esclareceu que os vídeos não foram trazidos mas que ficam à
19 disposição no site do Comitê Guandu, mais precisamente em “Guandu na mídia”. Hendrik Mansur (TNC)
20 solicitou esclarecimento aos coordenadores sobre o que foi organizado para esta reunião visto o
21 deslocamento e gastos com a vinda dos membros. Uíara Martins (CREA-RJ) debateu dizendo que veio à
22 reunião acreditando ter as informações sobre as notícias na mídia, as visitas e demais atividades
23 realizadas sem o conhecimento da Plenária. José Miguel (ECOCIDADE) discursou a respeito do susto em
24 ver funcionários da AGEVAP se pronunciando, Caroline Lopes se apresentando como Guandu sendo
25 Guanabara e a inércia do Comitê Guandu frente à situação, além de ver nos noticiários Júlio Cesar
26 Antunes indo à delegacia. A aprovação de 15 milhões para Pirai não irá resolver nada. Logo, para
27 atendimento às entrevistas deveria ser citado o diretor do Comitê. O posicionamento do Comitê deve ser
28 remetido à Plenária e não ao posicionamento das empresas ou das ONGs. O mesmo sugeriu uma Plenária
29 Extraordinária para discussão do problema e o responsável na mesa. Hendrik Mansur (TNC) concordou
30 que o Comitê deve ter um posicionamento aprovado pela Plenária discutir a situação na Plenária, e não
31 por Diretoria, Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho. Ratificou que a reunião deve ter uma pauta a ser
32 seguida e discutida. Sobre a atuação da diretoria, isto deve ser discutido em Plenária. É preciso ser
33 objetivo nas discussões. Concorda que deve ser convocada uma Plenária Extraordinária para saber o que
34 o Comitê pensa e quem vai falar pelo Comitê. A Caroline pode falar como profissional, está no direito dela,
35 mas não pode falar como Comitê. Amisterdan Ribeiro (P.M.Pirai) falou sobre a verba de 70% em
36 saneamento que muito foi falado, mas pouco foi construído. Disse que não é uma ação barata e fácil, além
37 de ser necessária vontade política em diversas instâncias públicas. Discordou da fala de José Miguel que
38 a ação em saneamento, acima do rio, em Pirai não vai resolver nada. Disse concordar que o saneamento
39 deve focar a Baixada Fluminense. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) discursou ser necessário avaliar o motivo
40 de estarem presentes neste encontro. Pois, todos querem falar e expor o que estão em suas mentes, e
41 falta analisar alguns elementos importantes. Informou que ao chegar cedo para a reunião da diretoria
42 colegiada, os repórteres da Globo estavam presentes e a reunião durou de 9h às 18h para tratar deste
43 assunto. Na primeira reunião estavam presentes representantes a subsecretária da SEAS e Hélio
44 Vanderlei, diretor no INEA e a AGEVAP. Falou que os repórteres chegam com pauta pronta que
45 representam ciladas que pode comprometer quem está falando e seu posicionamento podendo
46 comprometer a posição do Comitê. Disse que foi uma questão estratégica e que existe uma pauta e
47 concorda que no momento a pessoa mais bem preparada para responder tecnicamente era a especialista
48 em recursos hídricos, Daiana Gelelete. Falou ainda a visita para a qual foi convidado em sigilo pelo

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

49 Ministério Público. Ao chegar na van, no Ministério Público, descobriu que a visitação era uma diligência
50 na ETA Guandu. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) informou que recebeu uma ligação urgente para entrevista
51 da Globo. Como não havia disponibilidade de pessoa próxima, com ciência e concordância de Marcos
52 Santanna, presidente do Comitê Baía de Guanabara, a pedido do Diretor Geral do Comitê Guandu, a
53 pessoa mais próxima do local e com mais conhecimento, era a Caroline Lopes, que deu a entrevista no
54 Bom Dia Rio. Ele disse que algumas matérias podem às vezes deixar os membros chateados, mas que
55 nem tudo na imprensa há domínio. O repórter divulga o que entender e quiser. Falou ser importante
56 divulgar o Comitê e distribuir materiais como ensinamento. Atualmente o Comitê está sendo divulgado
57 como uma instância de gestão de recursos hídricos, o que é um bom momento para divulgar o Comitê.
58 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) lembrou que nos anos passados foram aprovadas resoluções
59 para execução de projetos em alguns municípios. Disse ser necessário discutir estes assuntos, levantar
60 os entraves e ver como se aplica melhor. Janaína Vettorazzi (CK-Paracambi) lembrou que na última
61 reunião solicitou ter mais atenção na relação com os municípios. A mesma disse não ver o interesse dos
62 municípios em cumprir a lei e resolver os problemas dos recursos hídricos. Reforçou o encaminhamento
63 da última reunião em chamar as Prefeituras e pedir informações sobre os municípios. Disse não ser correto
64 citar e cobrar somente Nova Iguaçu e Queimados, mas a poluição já vem lá de cima. José Arnaldo (P.M.
65 Nova Iguaçu) disse que na matéria aparece Caroline como Comitê Guandu, e que foram noticiados dados
66 que afetam os municípios, logo que estes dados sejam passados aos municípios, por questões
67 diplomáticas, pois, técnicos do município foram chamados a atenção. Não há justificativa de um membro
68 representante dos municípios não ser comunicado da presença da imprensa na reunião da diretoria, visto
69 que quem conhece a mídia sabe que não é assim. O mesmo disse que atualmente o município está
70 licitando para um conjunto de ETEs para atendimento à população da bacia do Guandu. Sugeriu que o
71 Comitê vá à ALERJ para derrubar o CAUC e abrir portas para os financiamentos. Citou que Caroline Lopes
72 disse ser preciso fiscalizar, porém, a AGEVAP trava o aporte de recursos para fomentar projetos. Carlos
73 Cesar (Secretário de Paracambi) falou da concessão de esgoto da Cedae e ela não cumpre seu papel.
74 Falou que foi apresentada questão de sobreposição de projeto e Frederico Menezes, na época, informou
75 que não haveria sobreposição com o projeto realizado pela Cedae com recursos do Guandu. Ficou um
76 ano discutindo isso e que as justificativas são o CAUC e os planos municipais até hoje não saíram. E que
77 foram ações aprovadas pela Plenária. A pedido do coordenador da CTIL-G, Fatima Rocha (AGEVAP)
78 iniciou a apresentação sobre o andamento dos projetos na RHII concluídos e em andamento. Wladimir
79 Loureiro (FAM-Rio) solicitou adiantar passando para a apresentação sobre saneamento. Lucas Almeida
80 (AGEVAP) apresentou o andamento do projeto Raio X do Esgotamento que foi realizado por Caroline
81 Lopes e Daiana Gelelete. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) respondeu que retornou o Fórum de
82 Secretários de Meio Ambiente, e que foi decidido no último fórum que o relatório ainda não está sendo
83 divulgado pois ainda está em fase de finalização, pois, ainda faltam 5 municípios que serão novamente
84 consultados pela AGEVAP. A Caroline era a técnica na época e compilou todas as informações num
85 relatório que ainda não está sendo divulgado pela diretoria, e será apresentado no Fórum de Secretários
86 de 17 de fevereiro. O relatório vai trazer informações bem interessantes para futuros editais em projetos
87 de saneamento para os municípios. Nelson Reis (APEDEMA-RJ) falou da planilha que elenca as
88 resoluções de saneamento que foram aprovadas pelo Comitê. Disse ter sido feito uma cobrança na
89 reunião de diretoria, na qual estavam presentes a subsecretária da SEAS e o diretor do INEA, e que
90 algumas resoluções voltarão à CTEG e que dependem de atualização de planilha, como por exemplo, o
91 caso de Paracambi. Continuou informando que para algumas informações, a subsecretária de Estado deu
92 prazo de 15 dias para enviar a posição do INEA. E que os questionamentos sairão por escrito para se ter
93 melhores resultados e respostas. A mesma está muito proativa e sendo acompanhada por Hélio Vanderley
94 e Livia Soalheiro. O mesmo solicitou abrir a planilha que trata das resoluções de saneamento. Andreia
95 Loureiro (P.M. Queimados) explicou sobre o PMSB aprovados em resolução de 2010. Ressaltou que os
96 municípios fizeram a parte deles. E que esta história do CAUC é colocada como uma regra geral, o que

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

97 não é, pois, o município pode entrar no edital e se adequar. Falou do edital que o Guandu abriu
98 anteriormente em sua Câmara Técnica e os municípios concorreram. Uiara Martins (CREA-RJ) questionou
99 o papel da AGEVAP no controle do andamento do PMSB. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) disse que
100 os recursos e as licitações estão com SEAS/INEA. Hendrik Mansur (TNC) explicou que tanto o INEA
101 quanto a AGEVAP podem aplicar os recursos da cobrança pelo uso da água e que a AGEVAP é
102 responsável apenas pelos recursos executados através dela. Carlos Cesar (P.M. Paracambi) questionou
103 a resolução de 3 milhões, e que não sabia que o recurso estava com o INEA. Questionou quem passou
104 para o Estado. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) explicou que todos os entraves foram discutidos na
105 reunião da diretoria e que os municípios serão convidados para uma reunião com a diretoria com Ministério
106 Público e SEAS/INEA, todos assinando juntos. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) respondeu que apesar da lei
107 9433 vincular o recurso a ser utilizado pelos comitês de bacias, a ANA administra suas receitas com certa
108 celeridade. No Estado do Rio de Janeiro, o Estado delega à AGEVAP mas mantém as responsabilidades
109 fiscais e tudo fica demorado na Procuradoria. Carlos Cesar (P.M. Paracambi) disse que o problema é o
110 Estado e não os municípios como estão falando nos municípios. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) continuou
111 dizendo que o INEA quem administra o recurso do Comitê. O Estado estaria roubando competência do
112 Comitê logo, a saída deveria ser judicializar. O Comitê é quem deveria administrar seus recursos e dar
113 celeridade. A lei diz que o Comitê tem liberdade para decidir obras necessárias. **ENCAMINHAMENTO:**
114 **Enviar a planilha de resoluções de esgotamento para todos os participantes desta reunião.** José
115 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) disse que as informações não estão claras, que o Paulo é quem deve dar
116 entrevistas e não Daiana Geletele ou técnicos que não estão no Guandu, apesar de ele não ter assistido
117 a matéria. As informações devem chegar aos membros das Câmaras Técnicas. Sugeriu encaminhar a
118 criação de uma Câmara Técnica de Saneamento, visto serem muitos assuntos para a CTEG analisar.
119 **ENCAMINHAMENTO: Criar uma Câmara Técnica do Saneamento para discutir melhor e mais**
120 **detalhadamente o assunto de saneamento.** Hendrik Mansur (TNC) discursou que o Comitê somos nós.
121 E não podemos somente criticar. Disse que os municípios precisam estar presentes nas decisões e não
122 somente nos momentos de solicitações de recursos. Continuou dizendo que nós, o Comitê, aprovou a
123 aplicação dos recursos então a responsabilidade é nossa. **ENCAMINHAMENTO: Melhorar/atualizar a**
124 **planilha que exhibe as resoluções de saneamento e seus status. O que foi executado, o que está**
125 **pendente e onde está o recurso, o saldo.** Identificar os gargalos para atuar e melhorar, não apenas
126 apontar, mas identificar os gargalos: comitê, AGEVAP, INEA, CEDAE, municípios. Luís Fernando
127 (EMBRAPA) disse que estamos em crise e isso demanda proatividade. Ressaltou que a apresentação
128 das ações foi interessante e pediu explicação sobre a necessidade da leitura das resoluções. Wladimir
129 Loureiro (FAM-Rio) respondeu que fará a leitura de alguns pontos das resoluções. Luís Fernando
130 (EMBRAPA) perguntou se o plano de contingência não contemplava o atual problema. Fatima Rocha
131 (AGEVAP) respondeu que não e explicou que o Plano de Contingência trata de ações e remediação em
132 casos de acidentes, como por exemplo, derramamento de óleo que atinjam os rios e comprometam o
133 abastecimento. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) disse que precisa ser analisado o porquê de Pirai ter sido
134 priorizado, enquanto membros não podem participar de editais, Pirai foi agraciado. Ainda, solicitou a
135 atualização dos valores de resoluções antigas, e a caducidade das mesmas, o que mostra que o Comitê
136 tem fragilidade jurídica muito grande. Uiara Martins (CREA-RJ) ressaltou que é necessário que as
137 resoluções tenham início, meio e fim, por exemplo, os projetos entregues aos municípios, dever-se-ia
138 saber o que os municípios acharam dos projetos entregues. Wladimir Loureiro (FAM-Rio) pediu que a
139 planilha seja melhorada para apresentação às CTs em 06 de fevereiro deixando bem claro o que foi
140 entregue e as explicações dos recursos pendentes. **ENCAMINHAMENTO: Melhorar a planilha e deixar**
141 **bem claro: os que foi entregue e não, quais os entraves.** José Paulo (COPPE) falou que Wladimir
142 Loureiro (FAM-Rio) está correto e que a partir de hoje, deve existir um planilhão com todas as resoluções,
143 os gestores, o andamento e isso ficar exposto no site para o público. O GAP precisa analisar se o aporte
144 à Pirai atende à priorização realizada e aprovada pelo PERH ou se não atendeu ao mesmo. Amisterdan

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

145 Ribeiro (P.M. Piraí) disse estar incomodado com os discursos. É necessário apoiar, participar dos fóruns
146 para resolver a situação da Baixada Fluminense. Disse ser muito difícil estar a um ano discutindo e nada
147 ser resolvido. O problema não está na cabeceira, mas perto do sistema de tratamento. Isto só vai
148 acontecer quando todos pararem de criticar e bater uns nos outros e se unirem pra resolver as questões
149 da Baixada. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) disse ser necessário estudar as pendências e buscar
150 solução e não ficar criticando município de Piraí, pois, o que vai adiantar bater no município, vai paralisar
151 e pedir o dinheiro de volta? Franziska ainda ressaltou que todos os municípios deveriam possuir ações de
152 saneamento. Uiara Martins (CREA-RJ) disse não ser contrária ao aporte à Piraí, mas à forma como foi
153 feita sem o conhecimento das Câmaras Técnicas. Hendrik Mansur (TNC) falou que é necessário votar os
154 encaminhamentos para a próxima reunião. Carlos Cesar (P.M. Paracambi) informou que somente hoje
155 soube da situação de Paracambi. Jaime Santos (SINTSAMA) disse que falhamos sobre a fiscalização. Ele
156 como representante dos trabalhadores da CEDAE, sobre o representante de Paracambi falar da falta de
157 entrega dos serviços da CEDAE, disse que a empresa que opera os serviços, construindo as estações
158 tem um prazo para operar o sistema e depois de um tempo passa a operar. Disse que antes do
159 PROSANEAR, a Baixada não possuía planejamento de esgotamento sanitário. Esse processo se deu
160 agora. Fica muito triste que todas as acusações caem no colo dos trabalhadores da empresa. Ressaltou
161 que não está defendendo a Cedae, mas os trabalhadores. Se sentiu constrangido em ver um companheiro
162 saindo da delegacia com as mãos pra trás como se fosse um criminoso. José Miguel (ECOCIDADE) falou
163 sobre a necessidade de fazer uma nota ao público explicando o caso de Piraí. Disse que gostaria que
164 fosse realizada uma reunião Plenária conjunta entre os comitês Guandu e Guanabara, pois, o assunto é
165 comum às duas regiões hidrográficas. Disse que poderiam ser convidados à Plenária Conjunta o
166 presidente da Cedae, o Presidente da Agenesra e o presidente do BNDES. **ENCAMINHAMENTO:**
167 **Reunião Plenária Extraordinária Conjunta entre os Comitês Guandu e Baía de Guanabara.** José
168 Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) propõe criação de Câmara Técnica de Saneamento, a ser aprovada dia 06
169 de fevereiro para a plenária de 13 de fevereiro, em caráter de urgência. **ENCAMINHAMENTO: Pauta da**
170 **próxima CT Conjunta a criação da Câmara Técnica de Saneamento.** Nelson Reis (APEDEMA)
171 informou que a Plenária do dia 13 de fevereiro será um seminário para tratar sobre a crise hídrica da
172 região. Informou ainda que será publicado no site do Comitê Guandu um comunicado em nome da
173 Diretoria Colegiada sobre o aguardo dos laudos de qualidade da água da ETA Guandu. Uiara Martins
174 (CREA-RJ) informou que realizou uma consulta à FIOCRUZ, em novembro, para que ela apresente um
175 modelo de capacitação na área de saneamento. Foi enviado um e-mail formal e foi respondido que a
176 FIOCRUZ tem interesse em apresentar esse modelo. Disse que seria um trabalho em conjunto para
177 apresentação do melhor modelo de capacitação em saneamento. Considerando o notório saber da
178 FIOCRUZ. **ENCAMINHAMENTO: Trazer para a próxima CT Conjunta a discussão sobre a parceria**
179 **entre o Comitê Guandu e a FIOCRUZ para o desenvolvimento de um modelo de capacitação em**
180 **saneamento.** Soube que há um projeto de especialização de pós-graduação, mas que isso deveria ser
181 levado para todos os segmentos. Informou que no dia 11 de fevereiro, às 18h, participará de uma reunião
182 no clube de engenharia sobre a crise hídrica. Convidou a diretora executiva Andreia Loureiro, a CEDAE e
183 a ALERJ, através do André Ciciliano como seu representante. Informou ainda que aguarda confirmações
184 da CEDAE e da ALERJ. Sobre os problemas imediatos, disse à Jaime que defende a CEDAE, como
185 empresa pública estatal, mas a gestão que vem de muito tempo, precisa ser trazida para o Comitê para
186 discussão de gestão da CEDAE. Precisa ser o modelo estatal, mas mudar o modelo de gestão. Disse que
187 estamos tendo posicionamento administrativo, mas é preciso ter posicionamento político. Uiara Martins
188 (CREA-RJ) disse que a nota a ser lançada no site é um posicionamento da diretoria e não do Comitê, pois
189 precisaria passar pela Plenária. Sugeriu que na próxima plenária a nota seja discutida, além do
190 posicionamento do Comitê em relação à entrevista sobre os municípios, pois, foi uma transferência de
191 responsabilidades. Hendrik Mansur (TNC) disse que a diretoria pode falar e se responsabilizar pelo o que
192 fala, caso contrário seria necessário fazer plenárias todos os dias. É preciso decidirmos o posicionamento

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

193 do Comitê. Deve ser analisada a parte técnica, e o posicionamento político do Comitê deve sair da
194 Plenária. Continuou dizendo que a responsabilidade é dos municípios em fazer o saneamento, mas
195 também existe responsabilidade em relação às ações do Comitê, do INEA e da CEDAE. Isso precisa ser
196 discutido. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) disse que antes de termos um posicionamento político precisamos
197 garantir a análise técnica. Continuou dizendo que na CT o posicionamento deve ser técnico e que a política
198 vem com a plenária. Antônio Mendes (AGEVAP) fez um esclarecimento em relação à nota do site. Disse
199 que não será publicado um posicionamento e sim, deixar claro, que vai aguardar os dados da perícia e
200 das diligências realizadas. Dessa forma, o comunicado não apresentará nenhum posicionamento, mas
201 uma resposta à sociedade. Wladimir Loureiro (FAM-RIO) disse acreditar que neste momento devemos
202 tomar posicionamento político sobre diversos assuntos, como por exemplo o FUNDRHI e a crise do
203 Guandu. Sendo então a hora de tratar sobre os diversos papéis, como o da Cedae e o papel tarifário da
204 Cedae. Disse que em caso de irregularidades fiscais nos municípios, deveríamos contratar diretamente
205 as obras necessárias. Caso a Secretaria Executiva não possua a aparelhagem para contratar diretamente,
206 não cabe também enforçar a Agevap. Sobre o Seminário, disse que houve quebra de instância, citando a
207 Resolução nº 109 das Câmara Técnica, pois cabe a CTEG a curadoria de eventos. houve uma
208 recapitulação dos encaminhamentos feitos durante a reunião. Amisterdan (P.M. Piraí) pediu a inclusão
209 dos debates sobre o Regimento Interno, para sua atualização. **ENCAMINHAMENTOS: Deixar bem claro**
210 **o que foi entregue (relacionado aos projetos de saneamento) e explicar as razões do que não foi**
211 **entregue; Apresentar na próxima reunião a planilha atualizada detalhada, anexando o que foi**
212 **aplicado pelo comitê, o que deu resultado e o que não deu resultado, o que está comprometido e**
213 **o que não está comprometido, linhas com saldo; Identificação dos gargalos em todos os entes;**
214 **Constar em pauta a criação de uma CT de Saneamento; Fazer uma Plenária extraordinária conjunta**
215 **com o CBH-BG.** Markus Stephan (ADEFIMPA-RJ) disse que, como conversado, a votação sobre os
216 encaminhamentos poderia ser por consenso, já que houve atraso de alguns membros da Câmara Técnica.
217 Falou ainda que os horários deveriam ser cumpridos e que a pauta deve ser lida pelos membros antes da
218 reunião, para que não haja solicitações de modificação durante a CT. Às 12h45m a reunião foi finalizada.
219 Eu, Fatima Rocha, tomo a termo esta ata que segue assinada por:

220
221

Wladimir Loureiro (FAM-RIO)
Coordenador da CTIL-G

Markus Stephan W. Budzynkz
(ADEFIMPA-RJ)
Coordenador da CTEG

222 **Presentes:** José Paulo Soares de Azevedo (OMA Brasil); Nayane Santos *representando* Mariana de
223 Paula Silveira (Ternium Brasil Ltda); Rinaldo José da Silva Rocha (Light Energia S.A.); Humberto
224 *representando* Camila Azevedo de Souza (Light Energia S.A.); Janaína da Silva Vettorazzi (CK
225 Paracambi); Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Markus Stephan W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ);
226 Marcelo Danilo da Silva Bogalhão (ANAGEA); Yurhii Stephan W. Budzynkz *representando* João Climaco
227 Soares de Mendonça Filho (FONASC.CBH); Jeandra Luna Lima Pedrosa (FAM-Rio); Wladimir Loureiro
228 (FAM-Rio); Jaime Henrique N. dos Santos (SINTSAMA); Amisterdan Ribeiro Cristo (P.M. Piraí); Andreia
229 Loureiro (P.M. Queimados); José Arnaldo dos Anjos de Oliveira (P.M. Nova Iguaçu); Sandra Borges de
230 Souza (P.M. Nova Iguaçu); Luiz Fernando Duarte de Moraes (EMBRAPA); Uiara Martins de Carvalho
231 (CREA-RJ); Alan Lopes Nobrega (Rio-Águas); Marcos C. Serpe (Rio-Águas); Karine Bueno Vergas
232 (UFRRJ); Carlos Cesar de Lima Aires (Paracambi); Nelson R. Reis Filho (APEDEMA-RJ); Rejany F. dos
233 Santos (REDECCAP-RJ); Pedro Henrique R. P. Leme (SEMADETUR); Karla Aires de Lima
234 (SEMADETUR); Felipe de Souza Cruz (Defensores); Phelippe Máximo de Jesus Borges (Paracambi –

Pág. 5 de 6

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTEG E CTIL-G – 23.01.2020

235 SEMADES); Jéssica Ribeiro Cardoso (GMA Paracambi); Claudia (GMA Paracambi); Talita N. de Moraes
236 (Defensores do Planeta / UFRRJ); Damaris Alencar de Farias (Conselho de Cidade); Luiz Fernando
237 Carvalheira (P.M. Miguel Pereira); Hendrik Mansur (TNC); José Miguel da Silva (ECOCIDADE); Luis
238 Augusto Santos Martins (Instituição Não Identificada); Vinicius Nunes Ribeiro (APA Guandu); Jacqueline
239 Guerreiro (FONASC). Ausência justificada: Mayná Coutinho (CEDAE).